

Canoas, Edição especial, comemorativo aos 10 anos do Doutorado em Educação, 2024

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.espi1.12129>

Imagem corporal de docentes com deficiência: a busca disruptiva de uma corporeidade contestável

Body image of teachers with disabilities: the disruptive search for a contestable corporeality

Mariana Pinkoski de Souza¹

Resumo: A sociedade contemporânea situada no modo de produção capitalista, identificado em sua vertente neoliberalista persiste na estruturação de padrões para que as pessoas se encaixem, na busca pelo reconhecimento e homogeneidade. As vertentes humanistas, construtivistas e que defendem a inclusão vão contra ao que é idêntico e sim a favor da diferença. O objetivo deste estudo é compreender como é a imagem corporal de docentes universitários com deficiência atuantes em universidades comunitárias do sul do Brasil. A metodologia foi baseada na Hermenêutica de Gadamer através de entrevistas com docentes com deficiência das universidades comunitárias do Sul do Brasil constituintes do Comung. Os resultados demonstram que os docentes percebem suas imagens corporais diferentes e lutam para que a universidade e a sociedade acolham as diferenças, bem como sabem que existe um padrão mas ele deve ser quebrado para que a humanidade venha antes de quaisquer características que fujam da homogeneidade e ocorra a desconstrução e a disrupção de um padrão corporal contestável.

Palavras-chave: Imagem Corporal; Diferenças; Docentes com Deficiência; Comung.

Abstract: Contemporary society situated in the capitalist mode of production, identified in its neoliberalist aspect, persists in structuring standards so that people fit in, in the search for recognition and homogeneity. The humanist, constructivist aspects that defend inclusion go against what is identical and in favor of difference. The objective of this study is to understand the body image of university professors with disabilities working in community universities in southern Brazil. The methodology was based on Gadamer's Hermeneutics through interviews with teachers with disabilities from community universities in the South of Brazil that constitute Comung. The results demonstrate that teachers perceive their different body images and fight for the university and society to accept differences, fight for the University fight for the university and society to

¹ Doutora em Educação na Universidade La Salle Unilasalle, Canoas, Brasil (2023). Durante o período do doutorado foi Bolsista CAPES/PROSUC. Mestra em Reabilitação e Inclusão, no PPG em Reabilitação e Inclusão, do Centro Universitário Metodista -IPA. Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Metodista - IPA (2011). Email: marianapinkoski@gmail.com

accept differences, as well as knowing that there is a pattern but it must be broken so that humanity comes before any characteristics that deviate from homogeneity and the deconstruction and disruption of a contestable body pattern occurs.

Keywords: Body Image; Differences; Teachers with Disabilities; Comung.

INTRODUÇÃO

A corrente da diferença e do humanismo baseada em Deleuze (2009) defende a heterogeneidade nas relações, mas principalmente na imagem corporal e na corporeidade, indo além da diversidade que é perspicaz quanto ao coletivo e difundindo a diferença individual.

A individualidade permeia a inteireza do ser, um ser completo em suas vertentes e laços, de acordo com Josso (2008) que se reconhece como ser humano único e com suas próprias características. Ao adentrar sobre os detalhes da corporeidade individual, a deficiência advinda de um acidente ao longo da vida ou acontecimento desde a concepção fetal, resultam em características corporais que não são habituais anatomicamente para a sociedade que procura padrões de normalidade.

O corpo representa o papel de protagonista das relações sociais, com a busca pela aceitação social relacionada a um corpo belo ou ideal, através de recursos que submetem os indivíduos ao desejo de possuírem a beleza corporal correspondente ao padrão (Josso, 2008). Em um cenário orquestrado pelo consumismo, o estudo de Da Gama *et al.* (2021), reforça que a beleza corporal passou a desconfigurar os significados de saúde, com um ideal estético que modifica o modo de viver dos indivíduos, que passam a atribuir felicidade e alegria a determinados padrões de imagem corporal.

Estes padrões de beleza e corpo idealizados e perseguidos, são construções de “perfeição” que fogem das diferenças coletivas e individuais, reforçando estigmas e discriminações aos corpos que não se encaixam nas regras impostas pela sociedade neoliberal e preconceituosa, que nega a heterogeneidade e as diferenças.

Estas características corporais diferentes, também conceituadas como deficiência física, promovem imagens corporais distintas e pouco dialogadas no âmbito acadêmico e social. Para participar da sociedade de forma ativa, o corpo considerado diferente precisa se posicionar e este processo pode ser dificultoso caso haja barreiras atitudinais e arquitetônicas, por exemplo. A problematização deste estudo se dá a partir de como são considerados e compreendidos corpos que fogem dos padrões da sociedade contemporânea. Diante do exposto, o objetivo deste artigo é compreender como é a imagem corporal de docentes universitários com deficiência atuantes em universidades comunitárias do sul do Brasil. Considerando o objetivo, este estudo será estruturado a partir da introdução, após será tratado sobre a imagem corporal e corporeidade. Logo em seguida será abordada a metodologia, os resultados e, por fim, a conclusão, com as considerações do presente estudo.

IMAGEM CORPORAL E CORPOREIDADE

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007. p. 16) descreveu as pessoas com deficiência (PcD), como:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

A deficiência também foi descrita: “A deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que levantam obstáculos a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade com os outros” (ONU, 2007, p. 16).

A UNESCO (2017) revela que existe mais de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo e, desse total, 45,6 milhões são brasileiras. Analisando os dados do IBGE no Censo 2010 e do Ministério do Trabalho com Relação Anual de Informação Social (RAIS) em 2011, dentre 46 milhões de brasileiros com emprego formal no Brasil declarados em 2010, apenas 325.291 eram pessoas com deficiência, 11.444 eram mulheres. Não é possível fazer uma mensuração real e saber se esses números refletem a realidade brasileira, pois existem muitas pessoas trabalhando na informalidade, mas com essas informações já é possível ter uma visão parcial da realidade brasileira.

Dados mais recentes do INEP (2019) revelam sobre a atividade de docentes com e sem deficiência no âmbito da educação superior, que 54,3% das funções docentes em exercício se encontram em IES privadas e 45,7% em IES públicas. No que se refere à organização acadêmica, essas funções docentes, em ordem decrescente, são distribuídas: 52,8% em universidades, 25,3% em faculdades, 15,1% em centros universitários e 6,8% em IFs e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS).

É possível perceber desigualdades de acesso ao espaço universitário brasileiro, pois apenas 0,43% do total de professores do ensino superior apresenta algum tipo de deficiência (INEP, 2018). É importante entender o porquê desse baixo percentual, como consequências sociais, oportunidades desiguais, débito secular de exclusão e o não acesso à educação, por exemplo.

É também possível analisar o que afirma Stiker (2005, p. 155): “o deficiente deve buscar suas chances, chances iguais às dos outros. Ele deve poder se comparar aos outros; não mais ser diferente, assim como os cavalos igualados, mas participar da corrida comum” (tradução nossa). Ao analisar a visão de Stiker (2005), concordamos quanto à possibilidade de participar de atividades, mas a ideia de igualdade pode ser repensada, já que cada indivíduo precisará de adaptações específicas para participar de atividades, bem como cada um(a) terá características próprias e imagens corporais diferentes.

Por exemplo, alguns usarão cadeira de rodas e não terão possibilidade de chutar uma bola no futebol, mas usarão a mão ou terão que usar alguma tecnologia assistiva para adaptação; já as pessoas com nanismo terão dificuldade de lançar a bola de basquete, pois não terão uma estatura grande e também precisarão de artefatos, então são adaptações diferentes para pessoas diferentes. É possível refletir quanto ao direito à igualdade de estudar e trabalhar e o direito à diferença, já que cada indivíduo possui suas especificidades, em nosso ponto de vista, de equidade e construção de ideologias até

hoje; futuramente, com novos estudos e discussões, pode ser conjecturável outro pensamento (Meneghelli, 2012; Martins, Nogueira, 2018).

A cultura da diferença, como embasa Deleuze (2009), pode ser discutida neste caso e para refletir esta denominação descrita por vários autores, já que todos somos diferentes e que há a tentativa de seguir padrões, aumentam as chances de exclusão e não faz sentido em uma sociedade plural. A diferença na perspectiva de Deleuze (2009) não se enquadra em modelos que seguem uma conceituação ou generalização, que agrupam sob o mesmo signo, por semelhança. A diferença é singular, no caso da pessoa com deficiência, por exemplo, é a probabilidade de investigar as especificidades do indivíduo, criando possibilidades e multiplicando as características, divergindo totalmente de padrões encarcerados com atributos que identificam pessoas.

Deleuze (1988), conhecido como Filósofo da diferença, afirma que cada ser humano é único, com inúmeras especificidades, histórias de vida e características. O filósofo considera cada pessoa como singular, múltipla, imprevisível, que difere de si mesmo(a) e não de um “outro”. Compreender o conceito de diferença nesta perspectiva, contribui para a reflexão e a discussão, diante de uma desconstrução a ser realizada, com o que vivenciamos atualmente diante da afirmação das diferenças no ambiente educacional e laboral.

A partir da diferença embasada por Deleuze (1988) e a importância da imagem corporal de docentes com deficiência, é fundamental discutirmos sobre corporeidade. O termo corporeidade ainda pode ser direcionado a uma episteme dicotômica, com a separação do corpo perceptivo, da subjetividade e das questões da espiritualidade. Atualmente há uma dicotomia ainda presente no termo corporeidade, quando não é possível abranger atividades e conceitos culturais e históricos. Mesmo reconhecendo essa limitação epistêmica quanto ao termo, é necessário ampliar o conceito e o olhar para observar e reconhecer o ser humano de forma integral, humana e individual, através do corpo e do espírito e suas vivências.

Josso (2012) cita o corpo como representante das vivências e interrogações do ser humano, constituído por fâscias que constantemente estão em movimento. Os movimentos internos são as subjetividades corporizadas, é o encontro de sua sensibilidade no mundo. Corpos com deficiência se sensibilizam também por fatores causais além dos movimentos internos. Esta constatação de Josso é muito valiosa, pois o nosso corpo revela internamente e externamente o que estamos sentindo, mas é possível questionar como os corpos de pessoas com deficiência se expressam diante das subjetividades e das experiências boas e ruins. A autora descreve fatores causais em todas as vivências advindas do externo e afirma a sensibilidade do corpo com deficiência, onde eventos traumáticos podem ocorrer de forma diferente na vida pessoal e profissional em pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência.

A corporeidade deve ser compreendida pelos rumos da história, principalmente pelas microestruturas do poder na sociedade em que vivemos. O contexto histórico-cultural, define estruturas e padrões que são constituídos de maneiras errôneas e interferidos por estigmas e preconceitos através do tempo. A perpetuação de padrões corporais aumenta a exclusão do diferente, influenciando diretamente a corporeidade e a imagem corporal dos indivíduos. Gomes da Silva (2014) e Quintanilha (2021) destacam que a corporeidade é transformada individualmente e externamente, bem como está sempre em constante modificação até o final da vida.

Sabendo que a corporeidade e a imagem corporal são transformadas através do tempo e interferidas pela sociedade, refletir sobre a pessoa com deficiência, configura

investigar como estes indivíduos se percebem, especificamente, atuando em universidades e lidando cotidianamente com alunos e colegas sem deficiência.

As representações sociais da deficiência antigamente pela exclusão, possuíam conotações negativas, pois estavam atreladas à doença e incapacidade, principalmente através de barreiras atitudinais (Berri *et al.*, 2020). As barreiras atitudinais são um grande obstáculo, através de preconceitos, estereótipos, discriminações e estigmas voltados à pessoa com deficiência aumentando a segregação social. A visão e o discurso através destas barreiras são pautados nas concepções do modelo médico, que compara a deficiência com doença (Santos *et al.*, 2020).

O estudo de Berri *et al.* (2020) observou que as representações sociais do corpo com deficiência estão alicerçadas nos modelos biomédicos propagados pelos profissionais de saúde e pelos meios midiáticos. Portanto, a propagação de informações pró-inclusivas pelos meios midiáticos contribuiria na desconstrução das barreiras atitudinais. Devido este histórico da imagem corporal da pessoa com deficiência, os estereótipos consideram estes indivíduos como não atraentes e assexuados, afetando a vida de forma integral, de ambos os gêneros, mas principalmente das mulheres.

Para Santos *et al.* (2020) a sociabilidade das pessoas com deficiência através do seu corpo, geram tensões em novas normas para o corpo e a reprodução de modelos vigentes sobre a deficiência e a saúde. O estudo conclui que a performance da pessoa com deficiência pode contribuir para uma revisão ou reinvenção do conceito de saúde, a partir da construção de novas identidades e projetos de empoderamento. Desatando e desconectando assim a deficiência da função ou considerada disfunção biológica e possibilita aproximar da capacidade de ação do ser no mundo pela sociabilidade instaurada.

Para observarmos o quanto acreditamos estar em uma sociedade mais consciente, muito caminho ainda deve ser percorrido para a desejada inclusão e consideração pelas diferenças. No estudo de Ivanovich e Gesser (2020) os participantes relataram haver uma compreensão da deficiência com o modelo médico, que reitera a hierarquização dos corpos, bem como a busca pela cura e que deslegitimava o corpo com deficiência como político. Os resultados deste estudo foram mais uma prova de que a sociedade atual necessita urgentemente de educação e informação sobre as pessoas com deficiência.

O estudo de Gesser e Nuernberg (2014) demonstrou que a visão de pessoas com deficiência como assexuadas pode ser atribuída à infantilização, o que acarreta diversas informações preconceituosas, bem como prejudica a imagem corporal destes indivíduos e atrapalha a educação nos contextos educacionais e sociais, propagando a desinformação e possibilitando o aumento da exclusão.

Como é possível constatar, a imagem corporal e a corporeidade devem ser discutidas no âmbito cultural e da sociedade, já que determina as formas de inclusão e exclusão, como um fator determinante da inserção e bem-estar.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida refere-se a um estudo qualitativo exploratório, de caráter transversal, a partir da metodologia de estudos de caso, com análise das histórias de vida de docentes com deficiência. O estudo é qualitativo pois possibilita um maior campo de visão do problema, com concordância e sentido epistemológico ampliado, analisando e interpretando o ambiente real (Alves-Mazzotti e Gewandszajder 2004; Lüdke e André,

1986; Piovesan e Temporini, 1995).

Trata-se de um recorte de uma pesquisa finalizada em dezembro de 2023 a partir da tese de doutorado, com a entrevista de histórias de vida de docentes com deficiência, atuantes nas universidades do Comung. Utilizamos a análise hermenêutica para interpretar as entrevistas efetuadas, já que a Imagem corporal de docentes com deficiência no âmbito educacional através da hermenêutica possui grande importância e reconhecimento por admitir uma relação verticalizada entre o pesquisador e o contexto analisado. Neste contexto entre a educação e a hermenêutica, é fundamental saber ouvir e legitimar diferentes raciocínios (Gadamer, 2009).

Para a elaboração do referencial teórico, foi realizada uma revisão da literatura disponível em livros e nas bases de dados, a saber: Google Acadêmico, Google Livros, EBSCOhost, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Banco de Teses e Dissertações Capes. Os critérios de inclusão utilizados foram todos docentes universitários com deficiência atuantes do COMUNG que aceitaram realizar a pesquisa e os critérios de exclusão foram todos docentes universitários com deficiência atuantes do COMUNG que não aceitaram realizar a pesquisa.

Oito docentes de seis IES foram entrevistados, com a faixa etária de quarenta e dois a cinquenta e oito anos, configurando três mulheres, duas com deficiência física e uma com deficiência auditiva. Cinco homens, quatro com deficiência física e um com deficiência visual, identificados pelas siglas: D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7 e D8.

RESULTADOS

Os conceitos de definição, padrão e imagem corporal expressados pelos docentes entrevistados são fundamentais para compreendermos suas concepções e seus prismas sobre si mesmos e sobre o externo e o mundo. Dialogando sobre a definição identitária, teorizada por Josso (2008), existe a importância da quebra de padrões consolidados e a imagem corporal compreendida no processo de identificação.

O entrevistado D1 desabafa que não concorda com as adjetivações e definições às PcD, pois, em primeiro lugar, vem o ser humano, e a sociedade deve perceber o indivíduo além de sua deficiência:

[...] me pergunto por que a gente busca tanto adjetivar as pessoas e definir se a pessoa é isso ou é aquilo; parece uma escala, por exemplo, o aluno surdo, antes de tudo, é um ser humano; não dá pra recortar e dizer que a pessoa é só uma coisa, ou seja, a pessoa não é a sua deficiência (D1).

D2 se questiona quanto ao padrão e definição do que um docente pode ou deve realizar. Em sua visão, o ingresso de docentes com deficiência é mais raro, pois a sociedade aceita o padrão do docente que tem mobilidade:

[...] eu vejo uma dificuldade de ingresso de pessoas com deficiência na docência, porque normalmente o professor é aquele que ficava na frente, perambulando de um lado para o outro, dialogando e, dependendo do tipo de deficiência, já dificulta esse padrão andar e se movimentar (D2).

D3 demonstra que para os alunos a diferença em sala de aula, é por conta de sua locomoção com andador. Este fato aproxima o conhecimento dos estudantes sobre a diferença:

[...] os alunos me veem todo dia caminhando pela instituição inteira de andador, e sim tenho dores no corpo e, quando entro na sala de aula, tem lá trinta, quarenta alunos. Eles observam que eu me levanto com o andador, que não dou aula só com data show e no laboratório, por exemplo, de informática e estatística; eu circulo em todos os computadores. Então o aluno entende um pouco da realidade, que não é necessário separar as pessoas, que dá para incluir. Muitas vezes, é total desconhecimento das necessidades de uma outra pessoa no cotidiano, então lidar com o diferente na universidade é fundamental (D3).

De acordo com Josso (2008), é importante reconhecer as questões identitárias e expressões do nosso presente, com uma interpretação capaz de apontar a individualidade, como busca de uma identidade nas diferentes fases da vida. Alicerçada pela fragilidade da pluralidade social, que resulta em identidades definidas pela estrutura histórica e cultural e que somente poderia se desconstruir através dos movimentos e transformações de referências socioculturais, incluindo valores e hábitos. A autora afirma que as definições identitárias são possíveis através de um processo permanente de identificação e diferenciação, com o passar do tempo, das emergências sociais, culturais e econômicas e no que concerne às evoluções.

O reconhecimento da identidade para si e para a sociedade envolve muitas etapas de construção e reconstrução histórica, econômica e cultural, como menciona Josso (2006). Por isso, a percepção de D1 e D2 envolve não só a autopercepção, mas também toda percepção externa e enraizada historicamente da discriminação e falta de conhecimento. Na visão dos docentes, esse processo dificulta a identificação do outro e resulta em definição, conduzida pelo conceito de Josso como definição identitária.

Na tese de Andrade (2021) sobre as narrativas de cadeirantes a respeito da construção de suas imagens corporais, a autora destaca as questões relacionadas à imagem corporal da PcD. Acredita que essas questões deveriam ter amparo legal, pois existem impactos negativos e enfrentamentos de desafios constantes, lesionando a autoestima corporal da PcD e apreciação negativa das pessoas sem deficiência, resultando em mudanças individuais e externas, afetando sobretudo a vida social.

A imagem corporal para a definição identitária estabelece o modo como o docente com deficiência se percebe e como a sociedade o percebe. Para discutirmos este ponto, nos reportaremos a Marx (2013), pois destaca que o capitalismo propaga a concepção de corpo a mercadoria com o esteticamente perfeito e objeto de desejo e de consumo da população que busca o padrão ideal. Cuba, Paula e Castro (2010) afirmam que a idolatria por um padrão separa os indivíduos, pois toda a diferença é excluída, como o exemplo das pessoas com deficiência física, que não se encaixam no ideal de homogeneidade e similaridade. Para Marx (2013), o capitalismo impõe aos trabalhadores corpos “perfeitos” para a força laboral, e todos os corpos que saem deste contexto são considerados “inúteis” para a sociedade.

Todas as discriminações sofridas, como sobrepeso, deficiência, cor da pele, diferente etnia, diferente identidade sexual, classe social, entre outras, existem pela incessante comparação. É fundamental destacar as influências culturais, linguísticas, sexuais, religiosas, dentre outras, como formas de resistência à repetição, e que

constituem o corpo humano, que não deve ser mercantilizado e sim original, inédito e repleto de subjetividade. Deste modo, a subjetividade influencia na construção da imagem corporal de docentes com deficiência através das características próprias e das construções sociais, que extrapolam o biofísico.

De acordo com Cuba, Paula e Castro (2010), a Imagem Corporal envolve três componentes: o perceptivo, o subjetivo e o comportamental. A corpolatria, ou culto ao corpo, manifesta-se na busca pelo “corpo perfeito” e tem como base a cultura como importante papel nesse processo, pois a imagem corporal pode ser compreendida como produto cultural, como mapa para a reconstrução que formula a identidade individual, através das relações sociais e da própria história de vida.

D3 expressa sobre sua imagem corporal, como os demais docentes, e sobre a importância de os alunos observarem o diferente dentro da sala de aula, bem como quebrar padrões e possibilitar o que Josso (2008) afirma, como a desconstrução dos movimentos de referência socioculturais. Em nossa análise, a definição identitária, abordada por Josso, ilustra muito bem toda a influência que a sociedade impôs nos docentes com deficiência.

Além de sua singularidade e suas subjetividades intrínsecas, há o externo, e os docentes criticam esse padrão concebido pela história de discriminação no Brasil e no mundo, que estigmatizou e estigmatiza as PcD. Outro aspecto é a implementação da legislação de forma tardia no Brasil, que impedia a ampliação de acesso ao mercado de trabalho e inviabilizava a formação de docentes com deficiência de forma totalitária (Masetto, 2020).

No estudo de Sanz e Palatucci (2024) foi observado que as pessoas com deficiência se percebem muitas vezes invisibilizados, como este sentimento de relações intersubjetivas, mas também nas relações com eles mesmos, já que as subjetividades são constituídas na dialética entre indivíduo e a sociedade. É reforçada a noção relacional, que supõe relações desiguais na interação social, bem como da própria subjetividade dos indivíduos envolvidos.

Devido a análise trans-histórica da pessoa com deficiência e sua imagem corporal, a invisibilidade se torna fator de exclusão, mesmo com a norma legal. A luta de grupos minoritários, perpassa o poder e as questões de “normalidade e padrões” que não permitiam que a diversidade e as diferenças permeassem na sociedade. As narrativas destacam que os entrevistados neste estudo desejam que as pessoas percebam suas existências e suas imagens para além de suas deficiências, onde podemos comparar com o recorte do atual estudo.

É possível compreender que a imagem corporal devido à história da pessoa com deficiência no mundo e no Brasil, foi e é invisibilizada para não existir discussões sobre a marginalização e exclusão desta população, por isso se torna fundamental esta reflexão e conclusão sobre a dificuldade de tratar sobre a imagem corporal e corporeidade ainda na sociedade atual (Figueira, 2008).

Mesmo que esse cenário vá se modificando com as rupturas de paradigmas, como Josso em sua obra de 2008 denomina de desconstrução dos movimentos de referência socioculturais, muitas revoluções e transformações devem ocorrer, como a relevância do amparo legal, afirmada na tese de Andrade (2021), para considerar a imagem corporal da PcD. Para que a inclusão laboral seja efetiva e os estigmas e as dúvidas fiquem somente em um passado que queremos esquecer, as diferenças devem fazer parte de todo e a discriminação deve ser abolida, desconstruindo as referências citadas por Josso

e construindo a pluralidade com a quebra de padrões instituídos.

CONCLUSÕES

Foi possível perceber através dos resultados obtidos que a imagem corporal dos docentes universitários com deficiência é constituída por suas subjetividades e pelas concepções externas que os rodeiam, como a cultura e os padrões instituídos na sociedade em que vivem.

Os entrevistados salientaram que a sociedade não deve enxergar a pessoa com deficiência, somente pela sua deficiência, pois ninguém deve ser reduzido à uma característica, mas sim perceber a pessoa em sua totalidade e pluralidade. Destacaram que a cultura e o padrão corporal estabelecido como “produtivo”, como “o professor que caminha”, deve ser desconstruído e somente irão reconstruir estas imagens através da convivência com o que é diferente, principalmente com docentes com deficiência no campus, por exemplo. Esta pesquisa foi realizada em universidades comunitárias do Sul do Brasil, mas é um grande espelho para todas universidades brasileiras, como resultado de um estudo de caso inédito e propício para a discussão e reflexão.

A desconstrução dos movimentos de referência socioculturais, como embasa Josso em seus escritos sobre promover a diferença e as singularidades, é um processo longo e muito estimado pelos docentes entrevistados, bem como todas as pessoas que lutam pela inclusão. O amparo legal, como os artigos demonstraram, auxilia nos direitos e principalmente em um convívio com a diversidade, a partir de acessibilidades e projetos que visem a promoção da inclusão. A percepção externa e a autopercepção da imagem corporal diferente é uma possibilidade para a sociedade se reinventar e quebrar paradigmas preconceituosos, através da disrupção da concepção de uma corporeidade que quando moldada e padronizada é totalmente contestável.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 2004.
- ANDRADE, Carla Borges de. **O meu corpo sou eu?**- narrativas de cadeirantes sobre a construção da imagem corporal. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32651>. Acesso em: 10 set. 2024.
- BERRI, Bruna; BOUSFIELD, Andréa B.S.; SILVA, Jean P.; GIACOMOZZI, Andréia I. As representações sociais do corpo para pessoas com deficiência física adquirida. **Ciencias Psicológicas**, [S.l.], v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212020000220222. Acesso em: 17 set. 2024.
- CUBA, Bruna Wahasugui; PAULA, Adriana Inês de; CASTRO, Eliane Mauerberg de. **A imagem corporal de pessoas com deficiência física atletas e não atletas**. 2010. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/feff/sites/uploads/congressos/imagemcorporal2010/trabalhos/portugues/area1/IC1-10.pdf> Acesso em: jul. 2023.
- GAMA, Cláudio O.; GAMA, Gláucio O.; PIRES, Valéria N.L.; MACIEL, Elvira M. G. S. Corpo, identidade e imagem corporal: uma revisão narrativa. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, [S.l.], v. 26, n. 278, 2021. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/download/2771/1424?inline=1>. Acesso em: 19 set. 2024.

- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução: Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GESSER, Marivete, NUERNBERG, Adriano H. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v.34, n.4, p.850-863, 2014.
- GOMES DA SILVA, Pierre Normando. Pedagogia da corporeidade: o decifrar e o subjetivar na educação. **Revista Tempos e espaços em educação**, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 15-30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/3255>. Acesso em: 5 de jul. 2024.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015**: panorama da década. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://1nk.dev/5iEfx>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- IVANOVICH, Ana Carolina Friggi; GESSER, Marivete. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.
- JOSSO, Marie-Christine. As identidades biográficas são sustentadas por uma existencialidade evolutiva singular-plural. **Revista Horizontes**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 9-20, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3B449J5>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- JOSSO, Marie-Christine. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 32 n. 2, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2UGJWJS>. Acesso em 24 ago. 2021.
- JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, 2012.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARX, Karl. **O capital**: crise da economia política – livro I. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MARTINS, Mariana Domitila Padovani; NOGUEIRA, Eliete Jussara. Relações líquidas no cotidiano do Ensino Superior: uma análise das relações entre professores e alunos. In: V COLBEDUCA e II CIEE, v. 3, 2018. **Anais do Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA**, v. 3, 2018. IV COLBEDUCA e II CIEE: Braga e Paredes de Coura, Portugal, 2018. p. 1-16. Disponível em: <https://bityli.com/9zNL1q>. Acesso em: 18 out. 2021.
- MASETTO, Marcos Tarciso. Exercer a docência no Ensino Superior Brasileiro na contemporaneidade com sucesso (competência e eficácia) apresenta como um grande desafio para o professor universitário. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 20, n. 65, 2020.
- MENEGHELLI JUNIOR, Eduardo. Processos de subjetivação de professores com deficiência: experiências de inclusão. 2012. 166 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, DF: CORDE, 2007.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995. Disponível em: <https://l1nq.com/Q4cQE>. Acesso em: 7 de jun. 2022.

QUINTANILHA, Augusta; GUTIERRES FILHO, Paulo; NEVES, Clara m.; MEIRELES, Juliana; FERREIRA, Maria E. C.; SILVA, Ravine C.P.C.; ALMEIDA, Vitor A. R.; MORGADO, Fabiane F. R. Imagem corporal de adolescentes com deficiência visual: uma revisão sistemática de estudos sobre o tema. **Educação: Teoria e Prática**, [S.l.], v. 31, n. 64, 2021. Disponível em: <https://encr.pw/dxyRy>. Acesso em: 11 set. 2024.

SANZ, Claudia L.; PALATUCCI, Giovanna. Singular e como todo mundo: Visibilidade e as pessoas com deficiência. **Tempo Social**, [S.l.], v. 36, n. 1, p. 261-279, 2024. Disponível em: <https://l1nq.com/fQ1DZ>. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, Tatiana V.; MOREIRA, Martha C. N.; GOMES, Romeu. Performance e deficiência: caminhos para reinvenção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 25, n. 8, p. 3143-3152, 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/qiAHD>. Acesso em: 20 nov. 2024.

STIKER, Henri-Jacques. **Corps infirmes et sociétés**: essais d'anthropologie historique. Paris: Dunod, 2005.

UNESCO. **Pessoas com deficiências no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ZTW37e>. Acesso em: 03 abr. 2019.

Submetido em: 30/10/2024.

Aprovado em: 26/12/2024